

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde**

**Processo Administrativo nº 2268/2026**

**Anexo nº 1806**

**Documentos de Formalização da Demanda nº 3031**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Laudo em Exames de Radiologia, pelo Menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes, por meio de Pregão, sob forma Eletrônica, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106816 - LAUDO EM EXAME DE RADIOLOGIA REALIZADO DIARIAMENTE DE SEGUNDA-FEIRA À SEXTA-FEIRA, EM HORÁRIO COMERCIAL - DAS 08HRS00MIN AS 17HRS00MIN - COM RETORNO DE RESULTADO, VIA ELETRÔNICA, NO TEMPO MÁXIMO DE 2 (DOIS) DIAS A PARTIR DO ENVIO, COM TREINAMENTO AOS SERVIDORES ENVOLVIDOS NO SERVIÇO; COM CERTIFICADO DE SEGURANÇA DO SISTEMA WEB PARA O ENVIO DOS EXAMES E RETORNO DOS LAUDOS, COM ACESSO AO SISTEMA WEB PROTEGIDO POR USUÁRIO E SENHA; COM PROFISSIONAIS MÉDICOS COM TÍTULO DE ESPECIALISTA EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM.	SERV.	15.000	13,98	209.700,00

1.1. A opção recai por Pregão Eletrônico e justifica-se pelos objetos encontrarem-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município de Marialva – PR, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente pedido fundamenta-se na necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR de disponibilizar, por meio de laudos de exames de radiologia, um serviço que proporcione aos pacientes interpretação de seus exames com elevado grau de confiabilidade e precisão. Tal medida evita o deslocamento dos pacientes para municípios vizinhos, reduzindo custos e a necessidade de transporte.

3.2. Ressalta-se que o município de Marialva – PR dispõe, nas instalações do Pronto Atendimento Municipal de Saúde e no Centro de Internamento do Hamada, de equipamentos capazes de realizar exames de Raio X com alta qualidade de imagem. Dessa forma, a disponibilização dos laudos solicitados garante aos pacientes a integralidade do ciclo diagnóstico, proporcionando maior eficiência e segurança no acompanhamento de sua saúde.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

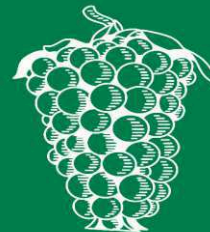
### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.

#### 5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o objeto atenda todas as



especificações contidas na descrição do objeto.

**5.3. Subcontratação**

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

**5.4. Garantia da contratação**

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

**5.5. Da responsabilidade pela execução dos serviços**

5.5.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será integralmente responsável pela adequada prestação dos serviços de emissão de laudos de exames de radiologia, garantindo o pleno funcionamento do sistema disponibilizado para envio e recebimento dos exames, bem como a disponibilidade dos profissionais habilitados.

**5.6. Obrigação das Partes**

**5.6.1. Da Contratada**

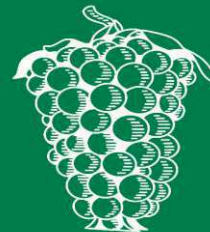
- 5.6.1.1 Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 5.6.1.2 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 5.6.1.3 Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 5.6.1.4 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 5.6.1.5 Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.6.1.6 Executar os serviços em perfeitas condições, promovendo a correção, substituição ou regularização no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação do Município de Marialva – PR, sempre que os serviços não atenderem às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada no procedimento licitatório;
- 5.6.1.7 Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;
- 5.6.1.8 Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.6.1.9 Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- 5.6.1.10 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;
- 5.6.1.11 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente à prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos cabíveis;
- 5.6.1.12 Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

**5.7. Da Contratante**

- 5.7.1.1 Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 5.7.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 5.7.1.3 Comunicar, por escrito, às Contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 5.7.1.4 Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 5.7.1.5 Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

**5.8. Sanções**

- 5.8.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:
- 5.8.2. advertência;
- 5.8.3. multa;
- 5.8.4. suspensão temporária de participação em licitação;



- 5.8.5. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;
- 5.8.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);
- 5.8.7. descredenciamento do sistema de registro cadastral.
- 5.8.8. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 5.8.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 5.8.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.
- 5.8.12. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.
- 5.8.14. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 5.8.15. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.17. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 5.8.18. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 5.8.19. A natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;
- 5.8.20. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 5.8.21. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 5.8.22. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## 5.9. Severidade

5.9.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

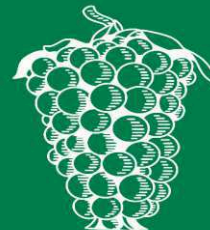
M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:



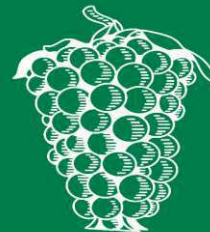
CONDUTAS  ITEM		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.9.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.9.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.9.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.9.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica



facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

#### **5.10. Moratória**

5.10.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.10.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, a critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.10.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.10.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.10.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.10.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

5.10.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Condições e local de execução dos serviços**

6.1.1. A execução contínua dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR, e iniciada imediatamente após a formalização contratual;

6.1.2. A contratada deverá emitir e entregar os laudos em meio eletrônico, no prazo máximo de 2 (dois) dias a partir do envio dos exames;

6.1.3. Em casos de urgência e emergência, devidamente identificados pela CONTRATANTE, os laudos deverão ser emitidos no prazo máximo de 03 (três) horas;

6.1.4. Treinamento dos servidores envolvidos na operação do serviço;

6.1.5. Disponibilização de certificado de segurança do sistema web utilizado para envio de exames e retorno de laudos;

6.1.6. Acesso ao sistema web protegido por login e senha individualizados;

6.1.7. O serviço deverá obedecer integralmente ao presente Termo de Referência e demais anexos que regem o processo licitatório;

6.1.8. A CONTRATADA deverá garantir suporte técnico contínuo, com tempo máximo de resposta de até 2 (duas) horas para atendimento de falhas no sistema;

6.1.9. A CONTRATADA deverá manter programa de controle de qualidade dos laudos, com revisão periódica e, quando solicitado, disponibilizar relatórios de auditoria;

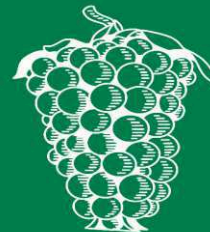
6.1.10. A CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), garantindo o tratamento adequado dos dados pessoais e sensíveis, especialmente os dados de saúde dos pacientes;

6.1.10.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações, imagens, dados pessoais e dados sensíveis dos pacientes, adotando medidas técnicas e administrativas aptas à proteção dos dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;

6.1.10.2. O sistema utilizado para envio e recebimento dos exames deverá possuir controle de acesso individualizado, rastreabilidade de operações realizadas e armazenamento seguro das informações trafegadas;

6.1.11. Caso a unidade requisitante constatare que o serviço não está em conformidade com as exigências editalícias ou apresente algum defeito, o mesmo será recusado;

6.1.12. O serviço recusado, total ou parcialmente, deverá ser corrigido, regularizado ou substituído no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação da Contratante à Contratada;



6.1.13. O município de Marialva – PR aceitará 01 (Uma) substituição por Nota de Empenho de serviço em desacordo com o teor editalício;

6.1.14. A critério da Contratante, poderá ser dispensado o recebimento provisório.

## 6.2. Garantia

6.2.1. A prestação dos serviços deverá observar integralmente as disposições legais aplicáveis, especialmente o Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

## 7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

- Fiscal:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Jefferson Shindi Kataoka	Operador de Raio-X	3750

- Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Jeferson Luiz Silva	Agente Administrativo	3334

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, regularizados ou substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 8.5 Liquidação

8.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

**8.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.**

8.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais



como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$ , onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

## 8.6 Forma de pagamento

8.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

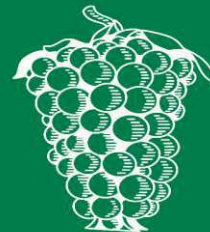
8.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.1.2 Para a presente contratação, por tratar-se de prestação de serviços especializados e contínuos, não será aplicada a reserva de cota prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que a divisão da execução entre múltiplos prestadores poderá comprometer a padronização, a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, ocasionando prejuízos ao atendimento



da demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR.

9.1.3. Exigências de habilitação

9.1.3 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos abaixo: além dos documentos exigidos habitualmente pela Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR para fins de qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica e comprovação da regularidade fiscal, conforme legislação aplicável, será exigida a **Qualificação Técnica**, consistindo na apresentação dos documentos relacionados a seguir, específicos para a prestação de serviços de emissão de laudos de exames de Raio X:

9.1.4 Registro da empresa licitante junto ao CRM, bem como dos profissionais médicos responsáveis pela emissão dos laudos;

9.1.5 Os profissionais médicos responsáveis pela emissão dos laudos deverão possuir título de especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina – CFM e/ou Registro de Qualificação de Especialista (RQE).

9.1.6 Inscrição Municipal da empresa licitante;

9.1.7 Comprovação de vínculo empregatício, mediante contrato de trabalho ou equivalente, entre a empresa e os profissionais médicos responsáveis pelos laudos;

9.1.8 Balanço Patrimonial da empresa licitante devidamente registrado em Junta Comercial;

9.1.9 Apresentação do Cadastro junto ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde);

9.1.10 Apresentação de Alvara de Funcionamento do estabelecimento;

9.1.11 A não apresentação dos documentos relacionados anteriormente implicará na desclassificação do proponente durante o certame.

9.2 Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.4 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.5 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

9.3.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.4 Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

9.4.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;

9.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

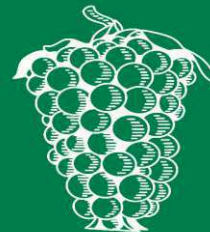
9.4.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.4.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

9.4.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.

9.5 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação



exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.6 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

9.6.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.8 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.10 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.11 **Documentação complementar:**

9.11.1 Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.11.2 Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

## 10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas para execução dos serviços pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 209.700,00 (Duzentos e nove mil e setecentos reais).

10.1 Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas nas planilhas – Demonstrativos de Formulação de Preços, colacionadas junto ao Processo Administrativo nº 2268/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado.

## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade ao conteúdo aditado junto aos Despacho nº 01, do Processo Administrativo nº 2268/2026.

Marialva – PR, 05 de Maio de 2026.



## APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a supracitada lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade justificar a necessidade de contratação de serviços especializados de emissão de laudos de exames de Raio X para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR. Atualmente, o município dispõe de equipamentos de Raio X nas instalações do Pronto Atendimento Municipal de Saúde e no Centro de Internamento do Hamada, que possibilitam a realização de exames com alta qualidade de imagem. Contudo, a interpretação e emissão dos laudos desses exames dependem de profissionais médicos especializados, garantindo precisão diagnóstica e confiabilidade das informações prestadas aos pacientes. A contratação do serviço permitirá a emissão de laudos de exames de Raio X de forma ágil e confiável, eliminando a necessidade de deslocamento dos pacientes para municípios vizinhos, reduzindo custos e simplificando a operação relacionada ao transporte. Além disso, garantirá a integralidade do ciclo diagnóstico, com exame e laudo disponibilizados no mesmo fluxo de atendimento, assegurando um acompanhamento seguro e contínuo da população, em conformidade com as normas técnicas e legais da área de saúde.

Dessa forma, a contratação se mostra essencial para a manutenção da qualidade e eficiência dos serviços de saúde oferecidos pelo município, assegurando diagnósticos rápidos e confiáveis à população.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa recorrente, cuja previsão do recurso é realizada anualmente através da dotação orçamentária, que consta mencionada junto ao Despacho nº 01, Processo Administrativo nº 2268/2026.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

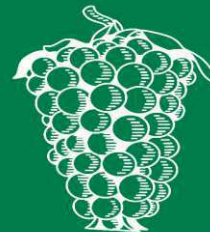
As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A presente contratação é estimada com base no consumo e na demanda verificados nos últimos dois anos, visando atender ao Pronto Atendimento do Centro e ao Centro de Internamento (HAMADA), referente aos serviços de emissão de laudos de exames de Raio X, garantindo a interpretação confiável e ágil dos exames realizados, sem a necessidade de deslocamento dos pacientes para municípios vizinhos.

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para as especificações técnicas e quantidade pretendidas, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida prestação dos serviços de forma eficaz.



## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada para execução dos serviços pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 209.700,00 (Duzentos e nove mil e setecentos reais). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas nas planilhas – Demonstrativo de Formulação de Preços, colacionadas junto ao Processo Administrativo nº 2268/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 30% do menor valor apurado.

A composição da precificação para a solicitada contratação fora efetuada por meio de cotações com fornecedores e Sistema Banco de Preços.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de emissão de laudos de exames de Raio X, por meio de Pregão Eletrônico, considerando tratar-se de serviço comum, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. A contratação visa garantir agilidade, segurança, precisão diagnóstica e continuidade no atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde, mediante disponibilização de sistema eletrônico seguro para envio dos exames e retorno dos laudos, emissão por profissionais médicos habilitados e suporte técnico durante toda a execução contratual. A solução adotada mostrou-se a mais vantajosa para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Marialva – PR, proporcionando eficiência operacional, otimização dos recursos públicos e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Garantir a emissão de laudos radiológicos com agilidade, precisão e segurança, assegurando: Redução do tempo de diagnóstico; Disponibilização digital de exames e laudos aos pacientes; Eliminação da necessidade de deslocamento para outros municípios; Melhoria na qualidade do atendimento e resolutividade dos serviços de saúde; Rastreabilidade e segurança das informações médicas.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não aplicável.

## **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.

## **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante de todo o exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, jurídica e administrativa da contratação do serviço pretendido, para atendimento da finalidade proposta.

## **13. ANÁLISE DE RISCO**

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação;



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B51E-79D6-EE0F-4DAC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DÉBORA CRISTIANA MARCENICHEN MORI (CPF 038.XXX.XXX-83) em 14/05/2026 10:35:15

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/B51E-79D6-EE0F-4DAC>